

DIRETRIZES PARA A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA DE UMA POLÍTICA DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES NO NÚCLEO INTEGRADO DE BIBLIOTECAS DA UFMA

Luhilda Ribeiro Silveira¹, Maria de Fátima Oliveira Costa², Darcy de Jesus Moraes Silva³

¹ Bibliotecária, Especialista em Formação de Leitores, UFMA, São Luís – MA

² Bibliotecária, Especialista em Gestão de Arquivos, UFMA, São Luís – MA

³ Bibliotecária, Especialista em Formação de Leitores, UFMA, São Luís – MA

Resumo

Diretrizes para a construção de uma Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções do Núcleo Integrado de Bibliotecas da UFMA, com ênfase na participação democrática dos profissionais deste Núcleo. Apresenta-se uma revisão de literatura, a metodologia do processo de construção da Política e os resultados parciais da evolução desse processo.

Palavras-chave: Biblioteca universitária; Formação e desenvolvimento de coleções; Gestão participativa.

Abstract

Guidelines for the construction of a Training Policy and Collection Development in the Integrated Core of libraries the UFMA, with emphasis on democratic participation of professionals in this core. It presents a literature review, the methodology of the construction of the Training Policy and Collection Development of UFMA and partial results of the evolution of this process.

Keywords: University Library; Formation and Development of Collections; Participative Management.

1 Introdução

A formação e o desenvolvimento de uma coleção numa biblioteca é um processo que envolve inúmeras etapas que devem ser bem planejadas e executadas para garantir a sua eficiência. Desde o estudo da comunidade e do usuário, até a avaliação do processo, passando pela política de seleção, aquisição e desbastamento deve-se estabelecer um planejamento que norteie todo o trabalho. Isso possibilitará um aumento significativo na probabilidade de haver um bom desempenho das atividades dessa unidade de informação.

A Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções (PFDC) é o instrumento que estabelece critérios, estratégias e diretrizes de caráter geral e específico para o processo de crescimento do acervo e caracteriza-se como fundamental para qualquer biblioteca. Entretanto, não raro, bibliotecas executam suas atividades sem que haja um documento formal da PFDC para respaldar suas ações no que tange ao desenvolvimento de coleções, ou em outros casos, o documento até existe, mas carece de revisão e adequação à realidade da biblioteca a qual deveria servir.

Vale ressaltar que a falta de uma PFDC pode afetar tanto os usuários da instituição, com a formação de um acervo que não condiz com suas necessidades informacionais, quanto os próprios profissionais da biblioteca, já que direta ou indiretamente todos realizam atividades relacionadas ao acervo, e o trabalho com um acervo não condizente com as necessidades dos usuários é um trabalho ineficaz sob o ponto de vista da eficácia da instituição. De tal modo, a construção de uma PFDC é uma atividade que deve envolver o maior número possível de colaboradores da instituição, especialmente os bibliotecários, por terem especial conhecimento técnico no que se refere a formação e desenvolvimento de coleções.

Nessa perspectiva vislumbramos que a construção de uma PFDC que privilegie a participação de todos os bibliotecários da instituição é uma estratégia que se amplia de forma democrática para incluir a multiplicidade e preciosidade de opiniões que poderiam eventualmente não ser ouvidas, quando as políticas são simplesmente instituídas verticalmente pela gestão, ou ainda quando apenas um número muito reduzido de profissionais participa da formulação desse documento. Assim, a construção coletiva de um documento dessa natureza pode proporcionar à instituição o estabelecimento de diretrizes pautadas em decisões coletivas, além de propiciar aos colaboradores o sentimento de valorização nos processos decisórios da instituição a que pertencem.

Destarte, a partir da experiência de construção da PFDC do Núcleo Integrado de Bibliotecas (NIB) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), propomos neste trabalho, diretrizes para a construção de uma PFDC que não apenas normatize os processos decisórios tangentes ao acervo, mas que também divida responsabilidades e propicie uma participação democrática e qualitativa dos bibliotecários que fazem a instituição.

2 A Política de Coleções e a Abertura de Espaço para um Processo Participativo

As coleções nas unidades de informação são insumos a partir dos quais serão gerados conhecimentos, que dependem da sua adequação ao público-alvo. Desse modo, “[...] o reconhecimento da comunidade a ser servida e suas características culturais e informacionais, oferecerá a base necessária e coerente para o estabelecimento de políticas de seleção [...]”. (MACIEL; MENDONÇA 2000, p. 19).

O desenvolvimento de coleções é um trabalho de planejamento que, por vezes, é chamado de planejamento de acervo. A formação do acervo é um processo abordado sob uma perspectiva sistêmica e as atividades ligadas à construção da coleção não podem ser encaradas isoladamente. (SILVA; SILVA, 2003).

O processo formar e/ou desenvolver coleções é uma atividade que segundo Vergueiro (1989, p. 19) “[...] está presente por inteiro em todas as bibliotecas”, embora não da mesma forma, pois o tipo de unidade de informação será um importante determinante para a condução das etapas.

Vale ressaltar a importância da adoção de um modelo sistêmico para a formação e o desenvolvimento de coleções, que evidencie o caráter dinâmico e circular dessa atividade, que é uma pilastra sob a qual se sustenta a eficiência informacional da unidade de informação. Nessa perspectiva podemos definir a formação e o desenvolvimento de coleções como:

[...] processo de identificação dos pontos fortes e fracos de uma coleção de materiais de biblioteca em tempos em termos de necessidades dos usuários e recursos da comunidade, tentando corrigir as fraquezas existentes, quando constatadas; o que vai requerer ‘constante exame e avaliação dos recursos da biblioteca e constante estudo das necessidades dos usuários, como de mudanças na comunidade a ser servida’ [...] ¹.

A PFDC constitui documento imprescindível a qualquer biblioteca, pois é ela quem estabelece as diretrizes que devem nortear um crescimento racional e equilibrado do acervo. Desse modo, os profissionais que participam desde o processo de construção da política, até efetivamente a formação e o desenvolvimento de coleções em uma biblioteca, estão engajados no processo de planejamento, no estabelecimento dos objetivos a serem alcançados e nas ações necessárias para a sua efetivação.

As bibliotecas universitárias em regra, devem contar com um corpo técnico composto por vários bibliotecários, que desenvolvem atividades variadas para garantir o funcionamento da unidade de informação. No processo de construção da PFDC pode ser aproveitada toda essa multiplicidade de ações para o enriquecimento de uma proposta no âmbito da formação e desenvolvimento de coleções. É nessa perspectiva que buscamos construir uma política marcada pela colaboração pautada na diversidade de olhares e na valorização das múltiplas visões de nossos colaboradores.

Kanaane (2006) salienta a importância da adoção de modelos de gestão que ultrapassem os modelos administrativos arcaicos e tradicionais assentados em requisitos autoritários e retrógrados, enfatizando que

O indivíduo almeja mais autonomia em seu trabalho, evitando as concepções burocráticas, pressão da hierarquia na execução do trabalho e os pressupostos da administração científica [...] O homem começa a ser mais exigente, identificando suas reais necessidades; paralelamente, constata-se que o poder assentado em cooperação (participativo) tende a substituir o poder instalado por força da hierarquia. (Kanaane, 2006, p. 29).

A abertura para a participação dos colaboradores nos processos decisórios dentro da instituição é uma iniciativa que pode ser interessante não somente para os processos produtivos da organização, do ponto de vista do enriquecimento das decisões pela multiplicidade de pontos de vista que podem surgir, mas também para o favorecimento da melhoria da qualidade das relações sociais no âmbito profissional, uma vez que há nesse processo a necessidade de uma integração na discussão e construção de propostas que influenciarão a dinâmica da atuação dos próprios profissionais ali envolvidos a partir do exercício da democratização no âmbito

¹ EVANS, 1995 apud VERGUEIRO, 1997, p.16.

organizacional.

O modelo de gestão, onde se compartilham idéias e se dividem responsabilidades é um caminho para a gestão participativa, pois envolve a execução de tarefas atrelada ao engajamento dos membros do grupo, e tal cooperação pode render bons frutos à instituição, pois

É sabido que as relações cooperativas de trabalho são indispensáveis para o aprimoramento e permanência de um ambiente de confiança entre os integrantes do grupo [...] fazendo com que se integrem e assimilem tarefas e responsabilidades de forma interdependente e interativa. (CARVALHO; SERAFIM, 2004, p. 52).

Assim, a construção de uma PFDC pautada num modelo participativo é uma oportunidade que os colaboradores da instituição terão de não apenas executar tarefas, mas também de refletir sobre elas, opinar e até de construir melhores modelos para sua execução, com possibilidades ainda de dar a elas maior significância.

3 Metodologia para a Construção da PFDC no NIB

As diretrizes para a construção da PFDC do NIB da UFMA, nos moldes aqui propostos, é uma iniciativa pautada na experiência de profissionais dessa instituição a partir da integração entre saberes teóricos e percepções do cotidiano profissional da importância de se instituir políticas construídas com base num processo participativo e democrático. Destarte, as diretrizes para a construção da PFDC do NIB se constituem nas etapas a seguir:

- a) expedição de Ordem de Serviço pela direção do NIB designando quatro bibliotecárias para compor Comissão de Estudo com vista na elaboração da PFDC do NIB;
- b) estabelecimento de um cronograma de reuniões para sessões de estudo, pela Comissão designada para levantamento e estudo da literatura pertinente à elaboração da proposta;
- c) definição de um sumário preliminar para nortear os estudos e elaboração da política, considerando aspectos específicos a serem contemplados pela PFDC;
- d) elaboração de um instrumento para a coleta de sugestões pelos bibliotecários da instituição (Apêndice A), elaborado com base no sumário preliminar;
- e) realização de pré-teste do questionário de sugestões, com a sua aplicação em bibliotecários de outras instituições, para que fossem detectados e analisados os erros e posteriormente feitas as devidas correções;
- f) encaminhamento aos bibliotecários do NIB, (por e-mail e impresso) do instrumento de coleta de dados;
- g) organização em formulário específico (Apêndice B) das sugestões dos bibliotecários, a partir da sistematização por tópicos das proposições consideradas pertinentes pela Comissão de Estudo para integrar a PFDC;
- h) reuniões com setores específicos da biblioteca para debater e sanar eventuais dúvidas quanto a processos específicos do setor e

ambiguidades ou imprecisões que possam ter sido geradas a partir das sugestões dos questionários;

- i) elaboração da proposta da PFDC pela Comissão com base nas leituras específicas realizadas, e nas sugestões dos bibliotecários;
- j) Encaminhamento (por via impressa e eletrônica) da proposta da PFDC elaborada pela Comissão aos bibliotecários do NIB para apreciação, comentários e/ou sugestões ao texto apresentado. Com fixação de data para recebimento de eventuais sugestões e nova sistematização da proposta;
- l) apreciação do texto da PFDC com toda equipe do NIB para a aprovação do texto final;
- m) formalização e instituição da PFDC pela gestão do NIB.

4 Resultados e Discussão

Após designada pela direção do NIB, a comissão de estudos iniciou suas atividades no mês de novembro de 2011, seguindo as etapas descritas no item anterior.

Foi acordado pela comissão que as sessões de estudo seriam nas terças e quintas no horário das 9:00 às 12:00 h, inicialmente os estudos concentraram-se no levantamento leitura da literatura pertinente para auxiliar nas discussões que subsidiaram a construção do sumário preliminar de base para a escrita da política. Esse sumário serviu tanto para nortear os estudos, quanto para guiar a construção do instrumento de coleta de sugestões pelos bibliotecários do NIB.

O instrumento para coletar as sugestões foi elaborado de modo a possibilitar que os bibliotecários pudessem colaborar de maneira mais livre possível, utilizando apenas questões abertas, não sendo obrigatório responder todas as questões, abrindo a possibilidade de serem dadas sugestões apenas nas que a pessoa julgasse ter mais afinidade com o tema, e assim pudesse contribuir com seu conhecimento. Houve ainda a possibilidade do instrumento ser respondido individualmente ou em grupo, ficando a cargo dos colaboradores decidirem sobre isso. Assim sendo, o questionário foi encaminhado a 31 bibliotecários do NIB que se encontravam no pleno exercício de suas atividades, excetuando-se aqui os licenciados, afastados, ou cedidos, e desses obtivemos resposta de 43% dessa população.

Atualmente as atividades encontram-se na etapa de sistematização das sugestões recebidas através dos questionários devolvidos pelos bibliotecários. Embora não tenha sido inicialmente fixado uma data para a conclusão da Política, espera-se que ainda no primeiro semestre de 2012 as atividades sejam finalizadas.

Para além do empreendimento da construção da PFDC do NIB, que por si só já seria uma atividade salutar em nível institucional, a experiência de construí-la nesses moldes, serve ainda a fins que poderiam ser aqui descritos como socioprofissionais, na medida em que abre a possibilidade para uma construção de relações interpessoais mais solidificadas mediadas pela interação decorrente da própria natureza do processo democrático e participativo.

Há ainda que se destacar como ponto importante, o percentual de retorno do instrumento de coleta de dados, o número a priori, pode ser avaliado como

expressivo, se considerarmos que foi acima da média de retorno de questionários utilizados em pesquisas de modo geral, mas analisa-se que para consolidar uma gestão participativa, ainda é pouco. Entretanto, não é insuficiente para poder-se dizer que inaugura a possibilidade na instituição de se experimentar um processo de trabalho pautado num modelo democrático e participativo.

5 Considerações Finais

A experiência da construção de uma PFDC no NIB utilizando para isso atividades que buscam promover a participação e o engajamento de um maior número possível de colaboradores é uma possibilidade de compartilhar responsabilidades e integrar saberes numa perspectiva participativa e democrática.

Sabe-se que normas e regras em uma instituição podem ecoar de forma muito mais promissora entre os colaboradores quando estes se sentem partícipes do processo. Assim também as políticas de uma instituição tendem a fazer muito mais sentido para quem as executa quando há um engajamento prévio, uma discussão e uma possibilidade de se ouvir as diversas opiniões de quem participa do processo.

No NIB a experiência da construção de uma política no âmbito da formação de acervo nos moldes democrático e participativo, nos abre possibilidades para além da mera política de acervo, é uma oportunidade de construir um modelo decisório que pode extrapolar a mera construção da PFDC do NIB, e se coloque como um ensaio que poderá futuramente influenciar o próprio modelo de gestão da instituição.

Embora se saiba que pode ser difícil conseguir uma unanimidade na aceitação e colaboração de todos, mesmo abrindo-se a possibilidade para o engajamento e a participação de todos num processo decisório em uma instituição, ainda assim, não podemos abrir mão da riqueza de possibilidades que um processo democrático pode propiciar à instituição, ainda que se corra o risco de tornar o processo decisório mais complexo e moroso. Este é por vezes o preço de uma gestão democrática, que mesmo com suas limitações em termos de alcance e agilidade nos parece mais sensato que uma rapidez autocrática e pouco eficiente.

6 Referências

CARVALHO, Antônio Vieira; SERAFIM, Oziléa Clen Gomes. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Pioneira, 2006.

CASSARES, Norma Cianflone. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. Colaboração: Cláudia Moi. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2000.

CHRISTINA, Maria; ALMEIDA, Barbosa de. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. 2.ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 2005.

FERREIRA, Isabel Sattamini; OLIVEIRA, Zita Prates de. **Informação para**



administração de bibliotecas. Brasília: ABDF, 1989.

KANAANE, Roberto. **Comportamento humano nas organizações:** o homem rumo ao século XXI. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LANCASTER, F. W. **Avaliação de serviços de bibliotecas.** Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 1996.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações.** Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2000.

SILVA Ana Claudia Perpétuo de Oliveira da; SILVA, Daisy Mary Bento da. **Política de desenvolvimento de coleções.** 2003. Disponível em: <web.cesusc.com.br/faag/biblioteca/pdc.doc>. Acesso em: 24 abr. 2007.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções.** São Paulo. Pólis; Associação Paulista de Bibliotecários, 1989.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação.** 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 1997.

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA COLETA DE SUGESTÕES PARA CONSTRUÇÃO DA PFDC DO NIB/ UFMA

ROTEIRO DE SUGESTÕES PARA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES DO NÚCLEO INTEGRADO DE BIBLIOTECAS DA UFMA

Contamos com o seu apoio e participação na construção da PFDC do NIB. Para tanto são importantes as seguintes observações:

- a) o roteiro deste formulário foi construído com base num sumário prévio elaborado pela comissão de estudo;
- b) a política formulada a partir das sugestões aqui coletadas será ainda apreciada e discutida antes de ser instituída pela direção do NIB;
- c) o preenchimento dos campos é livre, e de acordo com as especificidades e áreas de interesse/afinidade e atuação de cada um, portanto, não é obrigatório que sejam dadas sugestões em todos os campos;
- d) As sugestões podem conter pontos que você julgue que devam ser considerados na política.
 - Ex: 1 ESTUDO DA COMUNIDADE E DO USUÁRIO:

Deve ser feito anualmente e com uso de tecnologias da informação.

1 SOBRE O ESTUDO DA COMUNIDADE E DO USUÁRIO:

2 SOBRE O PROCESSO DE SELEÇÃO DE MATERIAIS INFORMACIONAIS PARA O NIB

2.1 Sobre a composição e atribuições da Comissão de Seleção:

	participante	Atribuição

2.2 Sobre os instrumentos auxiliares a serem utilizados no processo de seleção

2.3 Sobre critérios a serem considerado na seleção de materiais para compor o acervo

compra	Doação

3 SOBRE A AVALIAÇÃO DE COLEÇÕES

4.1 Sobre a comissão de avaliação de coleções quem deve participar e com quais atribuições

	participante	Atribuição

4 SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO A SEREM ADOTADAS PELO NIB

5 SOBRE O DESBASTAMENTO DE MATERIAIS DO ACERVO DO NIB

5.1 Sobre os critérios adotados para o remanejamento de materiais do acervo do NIB

5.2 Sobre os critérios adotados para descarte de materiais do acervo do NIB

6 OUTRAS SUGESTÕES

APÊNDICE B – FORMULÁRIO PARA SISTEMATIZAÇÃO DAS SUGESTÕES

TÓPICOS		PONTOS A SEREM CONSIDERADOS
1	ESTUDO DA COMUNIDADE E DO USUÁRIO	
2	PROCESSO DE SELEÇÃO	
2.1	Comissão de Seleção	
2.2	Instrumentos auxiliares de seleção	
2.3	Critérios na seleção de materiais (compra)	
2.3	Critérios na seleção de materiais (doação)	

3	AVALIAÇÃO DE COLEÇÕES	
3.1	Comissão de avaliação	
4	ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO	
5	DESBASTAMENTO	
6	OUTRAS SUGESTÕES	